Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, nos da alínea a) do n.º 2.º do artigo 13.º do regimento do mesmo conselho de 17 de Agosto de 1915.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1918.—SIDÓNIO PAIS—Henrique Forbes de Bessa—Martinho Nobre de Melo—Francisco Xavier Esteves—José Carlos da Maia—João Tamagnini de Sousa Barbosa—José Alfredo Mendes de Magalhães—José Feliciano da Costa Júnior—Eduardo Fernandes de Oliveira—António Maria de Azevedo Machado Santos.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 4:241

Considerando que a lei n.º 787, de 24 de Agosto de 1917, veio reduzir o limite de idade dos oficiais da armada;

Considerando que os oficiais atingidos pelo limite de idade são colocados no quadro auxiliar, sendo substituídos nos seus cargos por oficiais do activo;

Considerando que os oficiais do activo devem ser de preferência escolhidos para as funções trabalhosas do mar, reservando-se as funções sedentárias para aqueles que já deram ao serviço todo o seu vigor físico e que são colocados no quadro auxiliar por virtude de disposições legais em vigor;

Considerando que o aproveitamento dos oficiais colocados no quadro auxiliar impõe-se com tanta mais razão quanto é certo êle representa o reconhecimento de méritos já consagrados e evita que se coloquem à margem e perfeitamente no esquecimento oficiais a quem uma larga fôlha de serviços torna credores da simpatia e do respeito de toda a nação;

Considerando que os princípios acima apontados foram já postos em vigor no decreto com força de lei n.º 4:083, de 12 de Abril de 1918, pelo qual foi criada a 6.ª Repartição da Majoria General da Armada:

O Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O serviço das repartições da Majoria General da Armada e Direcção Geral de Marinha, das capitánias do continente e ilhas, do Instituto de Socorros a Náufragos e Caixa de Protecção a Pescadores pode ser indiferentemente desempenhado por oficiais do quadro activo ou auxiliar da armada de patentes superiores às que estão determinadas nos respectivos diplomas orgânicos.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Marinha o faça publicar. Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1918.—SIDÓNIO PAIS—Henrique Forbes de Bessa—Martinho Nobre de Melo—Francisco Xavier Esteves—José Carlos da Maia—João Tamagnini de Sousa Barbosa—José Alfredo Mendes de Magalhães—José Feliciano da Costa Júnior—Eduardo Fernandes de Oliveira—António Maria de Azevedo Machado Santos.

Majoria General da Armada

4.ª Repartição

Por ter saído incorrecta novamente se publica devidamente rectificada a seguinte portaria:

Portaria n.º 1:339

Mandá o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, em virtude do artigo 27.º do decreto com força de lei n.º 4:083, de 12 do corrente, anular o disposto na portaria n.º 1:063, de 29 de Agosto de 1917, e determinar que as situações dos oficiais auxiliares de saúde naval fiquem sujeitas às disposições seguintes:

Artigo 1.º Os oficiais auxiliares de saúde naval prestarão serviço:

Na Majoria General da Armada, 4.ª Repartição, segundos tenentes ou guardas-marinhas 2
No Hospital de Marinha, primeiro tenente 1
Segundos tenentes ou guardas-marinhas 4

Secretaria, sendo 1 para o serviço exclusivo da companhia de saúde naval:

No Hospital da Marinha, fiscal, primeiro tenente. 1
No Hospital da Marinha, ecónomo, primeiro tenente 1
No Hospital da Marinha, farmácia, segundo tenente ou guarda-marinha 1

Art. 2.º Quando não haja oficiais com a graduação de primeiros tenentes, deverão os cargos a êles destinados ser exercidos pelos segundos tenentes mais antigos.

Art. 3.º Enquanto não houver segundos tenentes em número suficiente para os cargos que vão designados para esta graduação, deverão estes ser desempenhados por guardas marinhas.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1918.—O Ministro da Marinha, José Carlos da Maia.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 4:242

Atendendo a que na Secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros serve há mais de trinta anos um empregado que, pelo disposto no artigo 8.º da lei de 14 de Junho de 1913, foi considerado na disponibilidade;

Considerando que o seu vencimento fora equiparado ao de amanuense por lei de 29 de Maio de 1907 e que por êle tem pago cota para a Caixa de Aposentações e para direito de encarte:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São applicáveis ao empregado na disponibilidade, nos termos da lei de 14 de Junho de 1913, em serviço na Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos as disposições do § 1.º do artigo 1.º e artigo 4.º do decreto com força de lei n.º 4:161, de 27 de Abril corrente, sem direito, contudo, a ingressar nos quadros de mesmo Ministério.

Art. 2.º Para o efeito de aposentação ê-lhe contado o tempo de serviço efectivo a partir de 29 de Abril de 1881, considerado na actual classe de terceiros oficiais desde que esta existe em substituição da de amanuenses e quite de cotas pretéritas para a Caixa de Aposentações.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros o façam publicar. Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1918. — SIDÓNIO PAIS — *Henrique Forbes de Bessa* — *Martinho Nobre de Melo* — *Francisco Xavier Esteves* — *José Carlos da Maia* — *Mamuel José Pinto Osório* — *João Tamagnini de Sousa Barbosa* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *José Feliciano da Costa Júnior* — *Eduardo Fernandes de Oliveira* — *António Maria de Azevedo Machado Santos*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

5.ª Repartição

Decreto n.º 4:243

Exercendo frequentemente no ultramar as funções de governador geral, de provincia ou de distrito, oficiais do exército ou da armada de graduação inferior à de general, e tornando-se necessário fixar quais os distintivos, correspondentes àqueles elevados cargos, que os mesmos oficiais devem usar nos seus uniformes: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os oficiais do exército ou da armada de patente inferior à de general, exercendo no ultramar as funções de governador geral, de provincia ou de distrito, usarão nos seus uniformes, como distintivo destes cargos, pela parte inferior dos galões dos postos que lhes competirem, em linha recta e dispostas paralelamente aos mesmos galões, quando sejam governadores gerais ou de provincia; três estrélas de prata do modelo adoptado para os oficiais generais no plano de uniformes do exército aprovado por decreto de 7 de Agosto de 1911, e duas estrélas do mesmo modelo quando sejam governadores de distrito.

§ único. Nos dólmanes de cotim branco ou de *kaki*, as estrélas de que trata o presente artigo serão igualmente colocadas no canhão da manga, em linha recta e paralelamente ao bordo inferior do canhão.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias o faça publicar. Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1918. — SIDÓNIO PAIS — *João Tamagnini de Sousa Barbosa*.

7.ª Repartição

Decreto n.º 4:244

Atendendo ao que representou a Companhia de Moçambique e tendo ouvido o Conselho Colonial:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias e nos termos do § 11.º do artigo 7.º da carta orgânica de 17 de Maio de 1897, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o regulamento para os espectáculos cinematográficos no território sob a administração da Companhia de Moçambique, que faz parte integrante deste decreto e vai assinado pelo Ministro das Colónias.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O mesmo Ministro o faça publicar. Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1918. — SIDÓNIO PAIS — *João Tamagnini de Sousa Barbosa*.

Regulamento para os espectáculos cinematográficos no território

sob a administração da Companhia de Moçambique

Artigo 1.º É proibida no território de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique, a exhibição de fitas cinematográficas em que se exponha algum crime de homicídio, roubo, furto ou fogo pôsto, quer esse crime constitua o assunto principal da fita, quer seja um incidente na acção que ela representa.

Art. 2.º Serão atuados e entregues ao Poder Judicial, como desobedientes, os donos, gerentes ou empregados dos cinematógrafos que venderem ou autorizarem a venda de bilhetes para espectáculos em que se exibam as fitas mencionadas no artigo 1.º, ou por qualquer outro modo consentirem na assistência a êsses espectáculos.

Art. 3.º A autoridade ou agente policial que estiver presente deverá, em qualquer altura do espectáculo, quando tenha sido infringida a disposição do artigo 1.º, mandar retirar os espectadores, ficando os donos dos cinematógrafos obrigados a restituir-lhes a importância que tiverem pago pela admissão ao espectáculo.

Art. 4.º Os donos ou gerentes dos cinematógrafos são obrigados a comunicar ao commissário de policia, com a antecedência pelo menos de doze horas, o dia em que se realizam os espectáculos e a hora a que devem começar, sob pena de 5\$ a 50\$ de multa.

§ único. Se o transgressor se recusar ao pagamento voluntário da multa no prazo de oito dias, ser-lhe há levantado auto e este enviado para juízo.

Art. 5.º É competente para impor e fixar a multa cominada no artigo antecedente o commissário de policia, e, para a fiscalização do cumprimento das disposições do presente decreto, a guarda policial.

Art. 6.º O produto das multas constitui receita exclusiva da Companhia de Moçambique.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1918. — O Ministro das Colónias, *João Tamagnini de Sousa Barbosa*.

Decreto n.º 4:245

Atendendo ao que requereu a Companhia da Roça Vista Alegre, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa; e

Considerando que o principal facto que determinou a promulgação do decreto de 30 de Setembro de 1914, que adiou, até ulterior resolução do Governo, a convocação e reunião das assembleas gerais das companhias coloniais, foi a impossibilidade de facultar aos accionistas estrangeiros os meios de depositarem as acções ao portador para a sua representação em assemblea geral, circunstância que se não dá com referência a esta Companhia:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro das Colónias, que a Companhia da Roça Vista Alegre seja autorizada a reunir em assemblea geral, a fim de eleger os seus corpos gerentes.

O Ministro das Colónias o faça publicar. Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1918. — SIDÓNIO PAIS — *João Tamagnini de Sousa Barbosa*.

Decreto n.º 4:246

Atendendo ao que requereu a Companhia Agrícola da Roça Laura, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa; e

Considerando que o principal facto que determinou a promulgação do decreto de 30 de Setembro de 1914, que adiou, até ulterior resolução do Governo, a convocação e reunião das assembleas gerais das companhias coloniais, foi a impossibilidade de facultar aos accionistas estrangeiros os meios de depositarem as acções ao por-